

1ª PARTE

Estudos

A VOCAÇÃO DE JARDINEIRO

Eduardo Campos

Tudo que sucede a partir do século XIII, e nos ajuda a olhar e ver a natureza como identidade propiciadora de evidente bem-estar, seguramente está ancorado, ainda que de modo pouco elucidativo, no “Romance da Rosa”, jornada de amor de quatro mil versos só na primeira parte (como se aprende com Ernst Robert Curtius), obra na qual o leitor segue a trilha dessa “alegoria amorosa”, até deparar, por exemplo, a virente Rosa da Paixão, protegida por uma “sebe de espinhos, vigiada pelo Medo, a Vergonha, a Difamação e potências afins”.

Elege-se desde aí, possível argumentar, a prospecção metafórica da felicidade — e o amor é sua condição nas mais variadas formas —, circunstância exigente de cenário cada vez mais aperfeiçoado, e que alcança o século XVI, imbricado no que é definido por *locus amenus*, sítio ideal à convivência humana.

Deste, a descrição circunstancial de Roberto Curtius: “... bela e ensombrada nesga da Natureza. Seu mínimo de representação consiste numa árvore (ou várias), numa campina e numa fonte ou regato”. Admitido, como variante, “o canto dos pássaros e flores, e o sopro do vento”. (*Literatura Européia e da Idade Média*”, p. 202.)

Pelo exercício dessa eleição poética — igualmente espiritual — não demorou converter-se a atividade da jardinagem em evidente obediência inspirada no Gênesis, neste mencionado — lembra Keith Thomas in “*O Homem e o Mundo Natural*”, p. 251 —: “Tomou, pois, o Senhor Deus ao homem e o colocou no Jardim do Éden, para cultivar e o guardar”. (Gen. 11:15.)

“No final da Idade Média” — narra ainda Keith Thomas — “usava-se o termo “paraíso” para designar o jardim das delícias de um convento. Em Oxford (...), jardim em Grey Friars era conhecido entre os habitantes como “paraíso”, e como “rua do paraíso” permanece até hoje. Na literatura pós-reforma o jardim fechado é símbolo de repouso e harmonia. “Suas árvores e flores eram emblemas de verdades espirituais, suas aléias e pégulas uma espécie de claustro ao ar livre”.

Por isso não é novidade o que revela o Manuscrito 1889, da Biblioteca Casanatense, de Roma. São desenhos e informações muito curiosos sobre a Ásia e a África “em que os portugueses se fixaram ou freqüentaram durante o Renascimento”, lugares como Moçambique, Arábia, Irão, Indonésia e China, não faltando nem mesmo o Japão.

Trata-se de valioso Códice, cuja edição portuguesa apresenta uma coleção de cenas do cotidiano, em aquarelas agradáveis, por onde transita o ser humano da época, tudo emoldurado — convém salientar — sempre, sempre mesmo, na figuração de elementos da flora e fauna orientais.

Que colhemos a esse importante documento? Segura idéia de que os portugueses também visualizavam, tanto quanto possível, o situamento de pretendida atmosfera de amenidades, passível de as obterem com a concorrência de vegetais e animais. O aquarelista do livro, o códice a que referimos, retrata o embate de “nautas que são ladrões; que andão arroubar pelo mar” — estampa de número XXI —, não omitido entre as embarcações, que se agrirem, e homens que se ferem em luta, o mar revolto povoado de muitos peixes.

Antes que se indague aonde quero chegar, vejo hora de explicar. Nesses indícios ricos de imagens e inspiração que gizam os sentimentos do homem pelo *locus amenus*, ou paraíso, ou que outro nome tenha com força de melhor conceituação, repousa certamente a tendência muito nossa (regional) de considerarmos a natureza — em que devemos entender os sertões em seus momentos de generosa abundância aquífera como ambiente ideal ao desfrute humano.

Após navegar cinco meses o Oceano, em 1612, o capuchinho Claude d'Abbeville, a defrontar a ilha de Fernando de Noronha, que nomeou acertadamente “princípio da terra do Brasil”, inverteu o arrebatamento ante a natureza percebida: “O lugar é muito belo, maravilhosamente agradável, com excelentes frutos para comer e grande quantidade de caça”.

Pisando maior porção do solo brasílico, no Maranhão, o inteligente capuchinho redobrou o entusiasmo: “... o Brasil não é somente muito fértil e bom, mas ainda muito bonito e muito agradável”. Adiante, conclusivo: “As sagradas escrituras encarecem a beleza do paraíso terrestre, principalmente por causa de um rio que aí nasce, dividido-se em quatro outros. Sem atentar para o que há de mistério nisto, limitar-me-ei a observar que esse País do Brasil é maravilhosamente embelezado e enriquecido por muitos grandes rios e regatos...”, (In *História da Missão dos Padres Capuchinhos na Ilha do Maranhão e Terras Circunvizinhas* pp. 164, 165.)

E em verdade, o País do Brasil não é um só, mas muitos; háos plantados na pancada do mar, ou na profunda interioridade de solidões e montanhas; há-os, como o definido por Nordeste, e neste, o Ceará, onde a paisagem nem sempre paradisíaca — a caatinga prevalecentemente ressequida — incita o homem, forja-o num complexo de resistência e luta, enquanto pelo litoral — e não se pode deixar de lembrar Pernambuco — transcorre, no dizer de Roger Bastide, a “paisagem voluptuosa da cana-de-açúcar, em que tudo é tentação de vadiar, de dormir, de sonhar, de amar”, a opor-se ao cenário da caatinga, que lhe é antagonica, “dura, angulosa, trágica”. (In *Brasil, Terra de Contrastes* p. 78.)

Essa natureza, o *locus amenus*, na parte que nos diz respeito, tem inesperados assomos de vigor; movimenta-se, agride com insolência e afaga em incomedida sensualidade; repele, mas atrai. Subjetivamente possui uma boca, a *boca*

do mato, por onde o homem chega ao seu recondito, largando para trás, sem saudade, os designativos do que se deve aceitar por urbano, civilizado.

Não estranhável, portanto, nosso telurismo, fiel paixão que dedicamos à terra, ao chão. Um sentimento, como parece já demonstrado, que sem significar privilégio regional, sem dúvida prospera com características bem definidas em nossos sentimentos.

Possível representar muito pouco, neste contexto, a dedicação à fruticultura. Decididamente, apreciamos priorizadamente a jardinagem, preocupação que entusiasma também os mais pobres, gente humilde que sabe meter no exíguo espaço de uma panela sem serventia, e transformada em canteiro, o seu pequeno jardim.

Será esse amor às plantas o exercício de herança européia. O interesse pela jardinagem, explica Alan Macfalane, “do pequeno jardim de uma choupana aos grandes jardins das mansões da pequena nobreza, é característica marcante da Inglaterra até os dias de hoje, ocorrência documentada” nos primeiros registros detalhados no século XVI”. (In *A Cultura do Capitalismo* p. 116.)

Gustavo Barroso, a inventariar a condição de vida de homens e bichos pelos sertões, em *Terra de Sol*, não viu flores mas flagrou - talvez sem perceber — a instintiva apropriação da vocação de jardineiro que demora em nós. Assim, recolheu estes versos de inesperado lirismo:

“Plantei amor no meu peito
Pensando que não pegasse,
Tanto pegou que nasceu
Tanto nasceu que ainda nasce.” (Op. cit. p. 192.)

E adiante, em exemplos que considerou “singelíssimas, ingênuas e delicadas comparações”:

“O beijo do meu amor
Nem alfenim, nem cidrão,
Nem doce de marmelada,
Nem batata, nem queijada,
Nem a maior perfeição,
Nem cheiro da melhor flor...” (Idem, p. 193.)

E, em lenda versejada, do pai que deseja ver casada a filha, a sugestão para a moça pedir a São José “que compre um vestido/Das árvores com as folhinhas”. (Idem, p. 219.)

No tocante já vivemos dias melhores quanto ao aproveitamento de flores, nas igrejas principalmente. Comum e tradicional, pela metade da última centúria em Fortaleza, logo entoasse o “celebrante, o glória, jogarem-se flores da tribuna das igrejas sobre o povo”.

Ao relatar a ocorrência, o jornal *O Comercial* (7-2-1856) consignou: “Na Corte do Império e capitais de outras províncias, por diversas partes do teto ou forro do corpo das igrejas, se lançam rosas desfolhadas, que rarefazendo-se

no espaço, vêm pousar sensivelmente sobre os devotos. Outras vezes esta explosão floríflea parte do púlpito, do coro e tribuna”. E reconstitui a informação de que em missa, na capela de São Bernardo, na Capital, as rosas atiradas sobre os fiéis, além de molhadas, possuíam espinhos. Depressa um vate — de certo Juvenal Galeno, colaborador do jornal — escreveu estes versos sobre o incidente:

“Picou em face mimosa
Pudibunda, anacarada,
O espinho de uma rosa
Em certa missa cantada.
Assustou-se a inocentinha
Vendo-se ferida, chorou.
E com a rosa, coitadinha,
Muito em baldo se afastou.
Não tem culpa a bela flor,
Que o golpe t'imprimiu:
Quem te causou essa dor
Foi a mão que sacudiu.”

No livro *Heróis e Bandidos*, Gustavo Barroso deixa-se tomar pela fácil idéia de que, “perquerindo o recesso da alma do bandido sertenejo, encontram-se as mesmas asperezas à face do solo, onde nasceram e em cuja aridez medram os vegetais espiculantes”. Enumera-os, referindo as unhas de gato, sabiás, favelas, macambiras etc., etc, para arrematar: “Todos esses espinhos, cada qual com sua forma e sua maneira de ferir, ele os tem na alma, para atirar contra o inimigo”. (Op. cit., pp. 22, 23.)

Desse modo verdadeiro, se nunca houvesse a estação das águas, que, mal chegam as chuvas, já a natureza se opulenta em verdes generosos, refrescantes e macios.

Ao longo dos anos, temos cultuado a terra nem sempre botanicamente uniforme; cada um de nós, a medida de sua capacidade de exteriorização de sentimentos, a demonstrar admiração, afeto ou paixão. Será esse um estado de espírito que predispõe ao lazer e nos impele — a tanto não somos exceção à regra, comparados a outros povos — na direção do campo. Sobre isso um pregador jacobino, pelos idos do século XVIII, lembrado por Keith Thomas (Op. cit., o. 297), considera que os “habitantes das cidades e vilas só vêm as obras dos homens (...), ao passo que os versados nos campos e matas contemplam, continuamente, as obras de Deus”.

A caminhada ainda que eventual, do citadino para o campo, encaixa-se na mesma tradição que culmina com a escolha de um lugar ideal o *locus amoenus* para a vivência humana. Assim, naturalmente em Fortaleza — o que interessa por agora —, cidade estranhada de passado agrário e, indiscutivelmente, um território urbano, sob conceito sociológico.

Em rigor, pelos inícios do século o nosso campo era a própria periferia urbana da Capital, onde se situavam as chamadas chácaras com espaços os quintais nutridos de frondosas árvores, notadamente mangueiras e sapotizeiros, cenário que ainda persevera em alguns locais não de todo sufocados pela verticalidade dos empreendimentos imobiliários.

Durante anos, ou séculos, o fortalezense meio-cidade, meio-sertão, alimentou o desejo de pelo menos, na metade do ano, às férias colegiais, voltar ao interior por alguns dias e conviver com a moldura campestre exigida por suas emoções.

De certo, não havia por então, como hoje, a quase mão-única de direção, que impulsionava os do campo para a cidade, nem a paisagem rural (ou sertânica) estava tão comprometida com o rumor do progresso, de edifícios que crescem em todos os lugares, e não mais pouco ocorrente o reprimido sentido arquitetônico — o das casas de fazenda, tão brancas, tão solitárias — parecendo repousar em grandes espaços livres.

E aqui, por agora, vem hora de falar no mar que se encomprida ao longo da costa cearense, e em Fortaleza “respira e inebria” (...), soprando brisa que refresca”, a tanger um vento fêmea, como o qualificou Gustavo Barroso — assim referi antes — para mencionar que, em seu caso particular, era “uma das opções de fuga, de deserção, caminho mais longo e aparentemente final dos que, acossados pelas grandes estiagens, chegam à pancada do mar, no litoral, dispostos a emigrar”.

Nessa circunstância soam bem as vozes do Coro do “Auto dos Fandangos”, a provar que mesmo no aliciamento à aventura náutica há, no contexto, o convite implícitos cuidados de jardinagem:

“Vamos, vamos embarcar!
Rema pra nossa fragata,
Que o mar já se vira em rosas
E a embarcação é de prata.”

Em rigor, sempre estamos sendo tentados a viajar também na direção marítima, à proximidade de sua convivência, como agora, quando o sentido de interiorização do cearense torna-se nitidamente litorâneo, qual se de repente todos descobríssemos a praia, as dunas, o próprio mar-oceano.

Deixamos de montar o cavalo árdego, para cavalgar bugres.

E talvez nem percebamos que, a tanto, dificultamos em nós próprios a nossa disponibilidade atávica em favor da jardinagem.

A cada praiana é pouco receptível aos hábitos dos que, mesmo em anos áridos — por serem de muitos sóis —, jamais deixaram de sonhar com os sinais da presença do paraíso evidente nos verdes fluorescentes.

Analisando a tentativa de Gustavo Barroso dividir seus sentimentos entre o mar e os sertões, considere: “Em Gustavo Barroso, possivelmente, há maior perspectiva de comprometimento náutico, sentido mais demorado de afeição ao tema, um quer que seja que se torna mais presente em cenas singelas,

contempláveis marinhas. Mas, no fundo mesmo, como resultado dessa ambivalência amativa, que poderá representar o mar em função do nosso destino? Os que vivem pisando o chão, os desembarcados, são os proscritos de sua afeição”.

Mas, em verdade, posso perceber que a desculturalização que alcança o Ceará por esses dias, num processo que se vem estabelecendo — e prosperando há anos —, também responde pela acentuada *dessertanização* (se possível julgar desse modo), ocorrência que acaba por transformar a casa do campo dos anos dourados de vinte, trinta e quarenta, em casa de praia, refúgio mais turístico do que cultural.

Talvez não progrida entre nós esse comportamento de afeição maior ao litoral, em detrimento da nossa vocação interiorana. O mar, no exemplo cearense, é realmente — torno a dizer — a opção de fuga, de deserção. Mas não de convivência.

O sertão — escrevi antes — “fala pelo ar, pelas nuvens, pelo céu; — pelo chão que o homem pisa; pela relva, arbustos e arvoredos; por tudo que rasteja, cobras e lagartos. Dá avisos, anuncia, prediz e informa com precisão de observatório meteorológico, que não erra”.

Por isso é que o mar, para tentar-nos, como menciona o coro do “Auto dos Fandangos”, tem de virar rosas...

Ele sabe, o jardineiro sonhador, que está em cada um de nós.